

## Narrar o Outro: objetificação e encontro na reportagem jornalística<sup>1</sup>

Luiza GOULD<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### RESUMO

Este artigo apresenta discussões preliminares a respeito do Eu (repórter) e do Outro (pessoa transformada em personagem), no âmbito da grande reportagem protagonizada por vidas postas à margem. No caso daquelas internadas no Hospital Colônia de Barbacena (MG), entre os anos 1930 e 1980, são vidas de mulheres, homens, crianças e idosos privados de seus direitos, uma vez considerados loucos, e retirados de sua condição de sujeitos (hooks, 1989). Por meio da Análise de Discurso foucaultiana, investigaremos, dez anos depois de sua publicação, o livro-reportagem *Holocausto brasileiro*, em que Daniela Arbex revisita as vítimas do Colônia. Nosso intuito é descobrir se e como as relações de poder ganham novos contornos nesta narrativa jornalística, podendo contribuir para reverter processos de objetificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; reportagem; sujeito; objeto; narrativa.

### INTRODUÇÃO

Nesse momento, recordou-se das histórias que diziam sobre os loucos nos sanatórios de Barbacena que, nas geladas noites da cidade serrana, eram enviados para os pátios, com as vestimentas molhadas, e ali largados para morrer. Então, era verdade, pensou. Contemplou de novo a idosa que não teve valor em vida e cujo corpo era disputado por abutres humanos. Compreendeu o simbolismo daquele leve sorriso estampado no rosto de quem vencera a morte. *Ela não mais estava ao alcance deles* (ARBEX, 2019, p. 79, grifo nosso).

O trecho é uma descrição do encontro de Ivanzir Vieira, à época professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, com 30 cadáveres dispostos no pátio do prédio da Faculdade de Farmácia e Odontologia em março de 1970. Todos os corpos haviam sido comprados do Hospital Colônia de Barbacena (MG), e naquela manhã recebiam formol injetável para que o processo de decomposição cessasse. A denúncia de que, após a morte, pacientes foram vendidos para 17 faculdades de Medicina entre 1969 e 1980 é feita por Daniela Arbex nos anos 2000. É dela também a narrativa acima, aproximando a idosa que jaz diante de Ivanzir do empoderamento lhe negado em vida; morta, a anônima com leve sorriso no rosto já não pode ser desprovida de humanidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, email: [luizagould@gmail.com](mailto:luizagould@gmail.com).

O best-seller *Holocausto brasileiro*, lançado em 2013, expõe o processo de desumanização que levou 60 mil pessoas a óbito entre as décadas de 1930 e 1980. Tomadas como “indesejáveis sociais” ou ainda “indigentes”, essas pessoas eram epiléticas, negras, homossexuais, mendigos, prostitutas, tinham problemas de alcoolismo, engravidaram após serem vítimas de estupro, perderam a virgindade antes do casamento ou ainda descobriam a traição de seus maridos. Eram adultos tímidos ou “rebeldes”, presos em suas cidades de origem muitas vezes sem saber o motivo, crianças portadoras de deficiência, pacientes psiquiátricos. Com a conivência do Estado e da sociedade, foram encaminhados para o que já recebeu o título de maior manicômio do Brasil, sendo a partir de então vítimas de todos os tipos de violência. As mortes se davam por fome, frio, desnutrição, diversas doenças e pela prática do eletrochoque.

As condições no Colônia chegaram a ser denunciadas na revista *O Cruzeiro* em 1961, com a matéria *A sucursal do inferno* (reportagem de José Franco e fotografias de Luiz Alfredo), e também por meio de duas produções de 1979: o documentário *Em nome da razão*, do cineasta Helvécio Ratton, e a série de reportagens *Nos porões da loucura*, publicada por Hiram Firmino no *Estado de Minas*, com fotos de Jane Faria. Mudanças, no entanto, só vieram a partir da reforma psiquiátrica dos anos 1980. Desconhecidos por muitas das gerações seguintes, os crimes cometidos ali motivaram Arbex a iniciar uma busca pelos sobreviventes e suas histórias. As apurações, que geraram 100 entrevistas e reportagens veiculadas no *Tribuna de Minas*, deram origem dois anos depois ao livro-reportagem que será nosso objeto neste artigo.

Iremos procurar por marcas discursivas que possam considerar o lugar do sujeito e o lugar do objeto no texto, analisando como se dá a construção das personagens. Questiono aqui se a repórter conseguiria auxiliar no processo de reversão da conjuntura em que sujeitos são transformados em objetos. E se sim, de que maneira. Este trabalho integra uma pesquisa mais robusta, de doutorado, em que me dedico a entender como a empatia age durante a imersão jornalística no cotidiano de vidas postas à margem. Meus esforços se voltam a descobrir, por meio de entrevistas com jornalistas e seus personagens, como o que é vivido no encontro, na etapa da apuração, se reflete sobre as escolhas do profissional, de forma a resultar ou não em uma representação mais verossímil do Outro. O Eu e o Outro, portanto, são categorias que me são caras e estão intrinsecamente ligadas nas pautas de cunho social a outra dupla de conceitos: sujeito e objeto. A distinção entre ambos será tomada aqui a partir de bell hooks (1989).

Ao problematizar as narrativas sobre oprimidos criadas por seus opressores, hooks (1989, p. 45-46) constata que a objetificação se dá quando a realidade de alguém passa a ser definida por outras pessoas, quando sua identidade é criada por outros, quando sua história é nomeada para retratar outros como sujeitos. Ao argumentar, a autora cita livros sobre feminismo, experiência negra e homossexual escritos por homens brancos heterossexuais, sendo negada, por muito tempo, a condição de sujeito a quem deveria escrever suas próprias linhas. Entendemos que a objetificação está posta aí e em outros contextos, da escravização ao extermínio de populações inteiras.

Já pelo título de sua obra, é possível constatar que Daniela Arbex irá comparar a realidade vivida pelos pacientes internados no Hospital Colônia com os judeus enviados para campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. A aproximação feita pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia<sup>3</sup> é assumida por Arbex e reproduzida em diversas passagens, desde a narrativa da chegada dos pacientes no chamado “trem de doido” até a descrição das violências cometidas. Tomarei o cuidado, enquanto analista, de não replicar essa metáfora, embora realize o diálogo de trechos da reportagem com contribuições teóricas de Giorgio Agamben.

Esse filósofo se debruça sobre a realidade dos judeus por querer investigar os procedimentos jurídicos e dispositivos políticos que permitiram aos seres humanos serem privados de direitos. Nesse caminhar, Agamben acaba por explorar o que tomamos como objetificação e se encontra com Michel Foucault ao aludir à biopolítica<sup>4</sup>. Foucault é outra referência a que recorreremos nestas páginas, de forma que a Análise de Discurso baseada em suas contribuições perpassa o nosso método de estudo. O tema da reportagem investigada se aproxima daquele presente em obras como *História da Loucura* (1961) e *Vigiar e Punir* (1975), ambos clássicos do pensador francês.

Este artigo é dividido em duas sessões. Na primeira delas, refletimos tanto sobre a narrativa jornalística e a possibilidade de sujeitos estabelecerem encontros a partir dela quanto sobre os limites entre o Eu e o Tu no processo de representação inerente à prática jornalística. Em seguida, realizamos a análise do nosso corpus.

---

<sup>3</sup> Considerado um pioneiro na luta antimanicomial, Basaglia visitou o Colônia durante sua passagem pelo Brasil em 1979, a convite do psiquiatra brasileiro Antônio Soares Simone. Após sair de lá, convocou uma coletiva de imprensa na qual atestou: “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em nenhum lugar do mundo presenciei uma tragédia como esta” (apud ARBEX, 2019, p. 2017).

<sup>4</sup> O conceito ganha com Giorgio Agamben características que o diferenciam das concepções de Foucault, conforme veremos, mas a essência de seu significado permanece sendo a constituição biológica à mercê de um poder.

## NARRATIVA: O ATO COMUNICACIONAL COMO ENCONTRO

A narrativa é um conceito empregado por Luís Martino (2016) como o espaço de encontro com o Outro. Demanda o estabelecimento de um vínculo primeiro, sendo considerada por ele um elemento do ato comunicacional. Neste trabalho tomamos esse espaço de encontro enquanto preponderante ao jornalismo. Por um lado, assumir tal postura poderia representar um distanciamento de outros autores, como Walter Benjamin (1987b, p. 202-203), para quem a informação ameaça a narrativa, já que limita a possibilidade criativa e coletiva presente na tradição oral.

Benjamin nasce poucos anos antes de o cinema ser patenteado pelos irmãos Lumière e vive numa Europa que passa pelo avanço da tecnologia, com outras formas de mediação. Nesse contexto, o filósofo irá exaltar a experiência, fonte de todo narrador, presente no acúmulo de vivências, porém ausente na fragmentação delas. Em sua defesa, ele critica o romance e especialmente a imprensa, por a cada manhã oferecer um cardápio de notícias de todo o mundo, nutrido por fatos imbuídos de explicações, sem deixar o leitor livre para interpretar a história à sua maneira. Somada a essa característica, há a própria aceleração, típica da fase mercadológica do jornalismo, e tão avessa à temporalidade demandada pela narrativa que o alemão irá defender.

Por outro lado, no entanto, podemos traçar paralelos entre essa forma artesanal de comunicação defendida por Benjamin e a grande reportagem. É o que faz Carla Baiense em texto de apresentação de um trabalho anterior, de minha autoria.

No belo ensaio *O narrador*, Walter Benjamin (1987, p. 205) lamentava a morte da narrativa e apontava a difusão da informação como a responsável por esse declínio. Enquanto a imprensa é da ordem industrial, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação na qual se imprime “a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”. Quase um século depois dessa reflexão, a reportagem ainda busca narrar a experiência a partir da “substância viva da existência”. São mergulhos em profundidade nos fatos e nas situações narrados (BAIENSE apud GOULD, 2022, orelha do livro).

O mergulho citado envolve conhecer a realidade do Outro por dias, semanas, meses, para depois retornar ao seu próprio cotidiano<sup>5</sup> (HELLER, 2016), sentar-se diante

---

<sup>5</sup> Empregamos este conceito a partir de sua utilização por Agnes Heller, húngara que se filia à Escola de Budapeste. Para ela, o homem participa do cotidiano com todas as suas habilidades, capacidades, ideologias e sentimentos, apesar de não conseguir realizar nenhuma dessas capacidades imanentes em sua plenitude nem perceber que suas ações podem mudar os rumos da história; são frutos também do coletivo e a ele podem ser benéficas. O cotidiano cria condições para vivermos em sociedade, com costumes e ritos, mas também é o que mais se presta à alienação por causa da muda coexistência entre a

de um computador e construir uma narrativa. Esse processo é constituído de alguns paradoxos. O primeiro deles é tratado pelo próprio Martino (2016, p. 45):

[...] só consigo narrar o outro a partir do momento em que o entendo; no entanto, esse entender depende de categorias, a princípio, minhas; embora possa compartilhá-las com outros, não há necessariamente uma identificação completa entre os ‘quadros’ que uso para entender a alteridade [...] e as molduras utilizadas pelo outro para entender a si mesmo e a mim.

Narrar, nessa perspectiva, claramente influenciada pelos escritos de Erving Goffman (1986)<sup>6</sup>, é um encontro que desafia a ir além das categorias; é experienciar um contato para apreender o infinito do outro (e aqui Martino recorre à poética de Lévinas) na “experiência estética de alteridade” (MARTINO, 2016, p. 46). No fim, no entanto, compreender o Outro em sua totalidade é um desafio que o pesquisador considera de caráter ontológico a qualquer elemento narrativo. Essa construção por si só já é um processo de objetificação, porque há um recorte, uma hierarquização de acontecimentos, uma maneira de contar que se difere da maneira como o Outro se narra. Podemos compreender isso a partir da Filosofia, mas também no próprio âmbito da Comunicação.

Do primeiro campo recorremos a Martin Buber (2001). Austríaco naturalizado israelense, esse pensador do século XX é conhecido por ter o diálogo como categoria primeira de sua filosofia. Tão central quanto ela em seus escritos é o que Buber denomina como “palavras-princípio”: o Eu-Tu e o Eu-Isso, vocábulos representativos de duas formas de ser do homem. É possível ser no mundo da relação – Eu atuo sobre alguém (Tu), que atua sobre mim – e ser no mundo do uso – Eu percebo, experimento, represento, quero, sinto ou penso em alguma coisa (Isso). O Tu não pode ser experienciado, diferente dos argumentos que trouxemos até agora. E isso porque o Tu é, antes de tudo, uma totalidade que age na reciprocidade e não um objeto. Após o evento da relação face a face, o Tu necessariamente se transforma em Isso, donde temos que o Tu é muito efêmero e o Isso, de alguma maneira, é inerente à sua essência.

Todavia a grande melancolia de nosso destino é que cada Tu em nosso mundo deve tornar-se irremediavelmente um Isso. Por mais exclusiva que tenha sido a sua presença na relação imediata, tão logo esta tenha deixado de atuar ou tenha sido impregnada por meios, *o Tu se torna um objeto entre objetos, talvez o mais nobre, mas ainda um deles, submisso à medida e à limitação [...]* O homem que, agora mesmo era

---

particularidade (satisfação das necessidades do Eu, território dos afetos e das paixões) e a genericidade (o homem é produto e expressão de suas relações sociais), duas componentes do indivíduo.

<sup>6</sup> Na obra *Frame Analysis*, Goffman elabora a sua noção de quadro/moldura como o conjunto de princípios organizativos que, aliado à subjetividade, irá nortear a forma como interpretamos o mundo.

único e incondicionado, não somente à mão, mas somente presente, que não poderia ser experienciado, mas somente tocado, torna-se de novo um Ele ou Ela, uma soma de qualidades, uma quantidade com forma. *Agora eu posso, de novo, extrair dele o colorido de seus cabelos, de sua voz ou de sua bondade; porém enquanto eu fizer isso, ele não é mais meu Tu ou não se transformou ainda novamente em meu Tu* (BUBER, 2001, p. 61, grifos nossos).

Trazendo essa analogia para o contexto da produção jornalística, o profissional pode viver um encontro com o Outro e, naquele momento, não há repórter nem personagem. Há Eu e Tu. Depois, quando ele precisa descrever aquele que foi Tu, quando precisa narrar, já está diante do Isso. No campo da Comunicação, vemos com Márcio Serelle uma distinção que traz em seu âmago uma percepção semelhante. Ao definir o que chama de “personagem bifronte”, Serelle (2020, p. 60) lembra que só é possível reportar vidas transformando-as em personagens e, no jornalismo narrativo, diferente da narrativa ficcional, essa personagem possui dupla face: há a face construída pela linguagem e a face mais complexa, pertence ao indivíduo empírico, que pode ser afetado pela representação, sempre falha diante do que se apresenta na relação imediata.

### **VIDA NUA: TENSÕES NO DISCURSO E O LUGAR DO SUJEITO EM HOLOCAUSTO BRASILEIRO**

A objetificação a que os dois autores se referem mesmo sem apresentar este termo se difere daquela entendida enquanto desumanização. Essa é de outra alçada, anterior e incomparável ao que acontece no estabelecimento da narrativa; é a objetificação que se dá quando a realidade de alguém passa a ser definida por outras pessoas, para retomar bell hooks (1989), fruto de uma exacerbação do ego.

Se você pensa que 6 milhões de judeus foram mortos durante o nazismo porque eram considerados seres inferiores, então você tem essa *manifestação exacerbada da comparação entre aquilo que Eu sou, o ser humano pleno, e aquilo que o Outro é, não atingiu ainda uma certa humanidade digna de respeito [...]* Todo tipo de discriminação é no sentido de afirmar a minha plena humanidade e a humanidade relativa do Outro, *como se o Outro tivesse o direito de existir desde que eu conceda a ele este direito* (LEOPOLDO E SILVA, 2017, grifos nossos).

Decidir sobre o direito à existência é considerar que a vida passa a ser exposta à morte. Nesse sentido, os judeus durante a Segunda Guerra se tornam para Giorgio Agamben um referencial moderno da vida nua, a vida ao mesmo tempo matável e insacrificável do *homo sacer*. Essa figura, resgatada pelo filósofo do direito romano

arcaico, é aquele que o povo julgou por um delito. Mesmo não sendo lícito sacrificá-lo, quem o matava não era condenado<sup>7</sup>. Da mesma forma que no contexto de um genocídio seus perpetradores podem não ser culpabilizados. Agamben vê nas vítimas forçadas da eutanásia, nas vidas mantidas por aparelhos em hospitais, nas cobaias humanas e no extermínio em campos de concentração, princípios da estrutura política originária a partir da qual o ser é esvaziado de poder sobre si mesmo, num contexto de onde emergem situações de sobrevida.

A verdade difícil de ser aceita pelas próprias vítimas, mas que mesmo assim devemos ter a coragem de não cobrir com véus sacrificiais, é que os hebreus não foram exterminados no curso de um louco e gigantesco holocausto, mas literalmente, como Hitler havia anunciado, '*como piolhos*', ou seja, como vida nua. A dimensão na qual o extermínio teve lugar não é nem a religião nem o direito, mas a biopolítica (AGAMBEN, 2010 p. 113, grifo nosso).

Nessa passagem, é reproduzida a correlação entre judeus e piolhos, numa tentativa de Agamben em exemplificar seu entendimento acerca da biopolítica: o Estado envolve a existência natural, o viver comum a todos os seres, chamada de *zoé* pelos gregos, e passa a ter gerência sobre ela. Assim, homens e bichos estão à mercê do soberano, podendo se tornar um só quando lhe convém. No trabalho de Daniela Arbex vemos não só a comparação com o holocausto como também a presença do caráter animalesco, a partir da qual uma das personagens será construída no trecho abaixo:

O prontuário do mês de setembro de 1981 indica mais um surto de Sueli. Alegando *estar faminta*, ela pegou uma pomba no pátio, *estraqalhou* e comeu na frente de todos, dizendo que era seu único alimento. A *cena chocante* foi vista por centenas de pessoas, inclusive pelos atendentes, mas ninguém conseguiu enxergar o óbvio: em que a jovem paciente *havia se transformado* em uma década de internação. *Tratada como bicho, ela comportava-se como um* (ARBEX, 2019, p. 129, grifos nossos).

Sueli está faminta, estraqalha um bicho e, a partir desse gesto selvagem, se equipara a ele. Isso, no entanto, não se dá por vontade própria; o meio e as condições desse meio transformam Sueli. A mesma lógica está posta nas sequências listadas em seguida. Homens rastejam como répteis, são cobaias, ratos de laboratório, bichos assustados. Não são apenas animais; são trapos, zumbis, a materialização da miséria:

---

<sup>7</sup> Em outro trabalho (GOULD, 2022, p. 70) chego a estabelecer uma ponte, resguardando as especificidades de cada época, entre essa definição e as vítimas de linchamento. Elas não podem ser mortas, há uma lei que resguarda sua integridade, mas são julgadas e executadas. Os responsáveis poucas vezes chegam a responder criminalmente por esse ato.

Duzentos e oitenta homens, a maioria nu, *rastejavam* pelo assoalho branco com tozetas pretos em meio à imundice do esgoto aberto que cruzava todo o pavilhão (*Ibidem*, p. 22, grifo nosso).

Contou mentalmente um, dois, três, e aproximou os eletrodos das têmperas de *sua cobaia*, sem nenhum tipo de anestesia (*Ibidem*, p. 38, grifo nosso).

Quando eles chegaram a Belo Horizonte, em 1980, não pareciam meninos, mas *bichos assustados*. Estavam sujos, não sabiam comer, nem ao menos usar o banheiro (*Ibidem*, p. 108, grifo nosso).

A certa altura, Mercês ouviu a sugestão de usar um sininho para condicionar os meninos, *como se faz com ratos de laboratório*. Recusou-se (*Ibidem*, p. 112, grifo nosso).

Dentro dos pavilhões, promiscuidade. Crianças e adultos misturados, mulheres nuas à mercê da violência sexual. Nos alojamentos, *trapos humanos* deitados em camas de trapos. Moscas pousavam em cima dos *mortos-vivos*. O mau cheiro provocava náuseas. Em outro pavilhão, a surpresa: capim no lugar de camas. Feno, aliás, usado para encher colchões, abrigar baratas, atrair roedores. Viu muitos doentes esquecidos nos leitos, deixados ali para morrer. A *miséria humana* escancarada diante de sua máquina. Jamais havia flagrado nada parecido (*Ibidem*, p. 177, grifo nosso).

Em todas essas passagens, os pacientes do Colônia estão encarcerados no âmbito da vida nua. Como afirmaria Foucault (1996, p. 10), em sua aula inaugural no College d'e France, o discurso representa o poder almejado, porém também traduz os sistemas de dominação, e significará a exclusão de determinados grupos. Para exemplificar o que nomeia como *separação* ou *rejeição*, ele elege justamente a loucura contraposta à razão.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

O louco não pode falar, o que não impediu Conceição Machado<sup>8</sup> de entrar na sala do então diretor do Colônia, José Tollendal, aos gritos revoltada com o café servido aos pacientes. O louco não pode falar, mas ao seu discurso é atribuído a verdade

---

<sup>8</sup> Como muitos “pacientes”, internada sem qualquer diagnóstico de doença psiquiátrica, mas por castigo do pai. A filha resolveu reclamar por seus direitos pois trabalhava o mesmo que os irmãos na fazenda de Dolores do Indaiá sem receber igual remuneração.

escondida. A mesma Sueli, que estraçalha a pomba no pátio do hospital, é apresentada como a autora do hino de crítica ao modelo manicomial, cantado por ela no documentário de Helvécio Ratton, de 1979, e reproduzido em *Holocausto brasileiro*:

Ô seu Manoel, tenha compaixão  
Tira nós tudo dessa prisão  
Estamos todos de azulão  
Lavando o pátio de pé no chão  
Lá vem a boia do pessoal  
Arroz cru e feijão sem sal  
E mais atrás vem o macarrão  
Parece cola de colar bolão  
Depois vem a sobremesa  
Banana podre em cima da mesa  
E logo atrás vêm as funcionárias  
Que são umas putas mais ordinárias  
(MACHADO apud ARBEX, 2019, p. 130).

O discurso, assim como a verdade, é inseparável das relações díspares e heterogêneas de poder, conceito em si que não existe para Foucault a não ser na própria prática. O poder emerge das relações sociais e, atrelado ao saber, garante a chancela de credibilidade. Por possuir um saber específico, o médico que realiza o diagnóstico de doença mental terá esse parecer validado como verdadeiro (embora, no caso do Colônia de Barbacena, nenhum laudo se mostrasse necessário para que alguém fosse internado). Por possuir um saber, um método de produção que domina e historicamente é validado pelo público, o jornalista tem poder para construir discursos considerados verdadeiros (apesar da crise na área vivida na pós-modernidade<sup>9</sup>). O uso desse poder para abrir espaço à fala de quem é circunscrito à designação de “louco” (e, por conseguinte, silenciado) é aqui interpretado enquanto resistência, inerente à constante luta de forças.

Jamais, antes do fim do século XVIII, um médico teve a ideia de saber o que era dito (como era dito, por que era dito) nessa palavra que, contudo, fazia a diferença. Todo este imenso discurso do louco retornava ao ruído; a palavra só lhe era dada simbolicamente, no teatro onde se apresentava, desarmado e reconciliado, visto que representava aí o papel de verdade mascarada (FOUCAULT, 1996, p. 11-12).

---

<sup>9</sup> Em artigo no qual analiso, junto de Victor Rocha, o investimento do jornalismo na sensibilidade como busca de reconexão com o público, contextualizamos os desafios que se impõem aos profissionais neste tempo histórico: a desinformação avança a passos alarmantes na mesma medida em que esses agentes perdem a credibilidade de antes. Falamos de um cenário em que notícias compartilhadas através de relações intimistas via aplicativos como WhatsApp ganham espaço diante do que afirmam desconhecidos engravatados nos jornais, cujos discursos, antes tomados como verdadeiros, passam a ser contestados na seara de uma intensa polarização política vivida no país. Ver: GOULD, Luiza; ROCHA, Victor. O uso social dos afetos: um olhar sobre o jornalismo sensível na era da desinformação. *Comunicologia: Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, Brasília, v. 14, n. 1, jul/dez 2021, p. 102-121.

As personagens apresentadas anteriormente falam e também são ditas, sempre a partir de determinados lugares, ocupando posições discursivas, no plural que considera a existência de uma dispersão: diferentes enunciados podem ser construídos por meio de diferentes posições do indivíduo, fragmentado em múltiplos sujeitos (FOUCAULT, 2008, p. 61). Sueli Rezende não está posta apenas como bicho assim como Sônia Maria da Costa, internada no Colônia por 53 anos, não é apenas a tutora do grupo, de comportamento agressivo. Ela possui um cuidado maternal para com a amiga Terezinha, e é o socorro nos momentos de crise epilética. Na descrição da vida fora do hospital, outras facetas de sua humanidade surgem no texto, atreladas ao consumo: com o Benefício de Prestação Continuada, ela sente prazeres desconhecidos, da ingestão de doces à viagem para Porto Seguro. Na sequência adiante, ela e Terezinha se dão conta do “privilégio da individualidade” que passariam a viver na residência terapêutica:

As duas ainda estavam com as mãos entrelaçadas quando passaram pela varanda. Dentro da casa, havia um cheiro bom de comida. Não tiveram que se despir, não foram amarradas nem obrigadas a tomar banhos coletivos. Nada de água gelada. Precisariam se acostumar ao privilégio da individualidade. Ter seu próprio sabonete e toalha era uma grande novidade. Sentiram-se confusas ao descobrirem que havia um guarda-roupa para cada uma. Era a primeira vez que teriam algo seu (ARBEX, 2019, p. 56).

Também Elzinha pôde materializar desejos, como o de ter a boneca que não segurou quando menina. Essa informação é fornecida no mesmo parágrafo em que a idosa resgata as memórias da violência que sofreu aos 9 anos. Estuprada dentro do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, localizado no município de Oliveira, Elza Maria do Carmo teve negada a boneca tanto ali quanto no Hospital Colônia, para onde as crianças foram transferidas. O brinquedo aparece como uma metáfora da negação da própria ingenuidade; a infância se perdeu. As informações lado a lado conformam esse que é um dos sentidos possíveis do enunciado. Após 37 anos de internação, tendo essa e outras marcas de ausências postas no texto, Elzinha agora carrega a boneca de lacinho no cabelo e tem uma casa para se abrigar. Ao descrever sua chegada nesse espaço, dito como um local repleto de cores (cabe citar o contraste com a dureza exposta nas fotos em preto e branco do Colônia), Daniela Arbex (2019, p. 103, grifos nossos) se surpreende: “É difícil compreender como, depois de tantos anos de sofrimento, Elzinha *ainda consegue sonhar*. O fato é que *a casa onde ela vive tem alma*. É possível sentir isso desde a entrada, onde a varanda desperta *sensação agradável*”. Principalmente na primeira frase, o lugar de sujeito de Elza é questionado. O esperado, segundo essa

construção, é que a permanência em Oliveira e em Colônia tivessem tirado dela uma capacidade inerente ao ser humano: sonhar, projetar um futuro.

Na massa de coisas ditas, lembra Foucault (1996, p. 50), podem surgir o violento, o descontínuo, o combativo, a desordem. Todos constituem “o zumbido incessante e desordenado do discurso”. O discurso é o lócus dessa tensão típica do poder enquanto uma engrenagem funcionando em rede, partindo de e afetando diferentes agentes. Nesse ponto, Michel Foucault e Giorgio Agamben se distanciam. Embora Agamben tenha como preponderante em suas reflexões sobre o *homo sacer* a biopolítica, não é possível conceber o seu estudo apartado da noção de soberania. É um poder central, o poder do soberano, que envolve a existência comum. Foucault, ao contrário, ao primeiro aludir à biopolítica está imbuído de uma busca pelos micropoderes, que vão além do poder estatal e se somam a ele, atravessando o tecido social. Em artigo no qual analisa o conceito de biopolítica para o filósofo francês, Fernando Danner (2010, p. 154) aponta o interesse de Foucault pelo fato de o poder apropriar-se da vida e não da ameaça da morte.

Uma das consequências práticas desse poder encarregado de promover a vida é a instauração da norma. Isto é, dito de outro modo, um poder como esse, que tem como tarefa principal a garantia da vida, terá sempre a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. E esse mecanismo é a norma. É por isso que, como afirma Foucault, “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. Foi a norma que conseguiu estabelecer um elo entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de uma multiplicidade biológica (biopoder). A norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar (DANNER, 2010, p. 155).

No caso do Colônia de Barbacena, é justamente a partir da norma que a história é escrita: quem embarca no “trem de doido” é quem foge a ela. E, numa perspectiva foucaultiana de poder, a culpa não é limitada ao Estado, algo perceptível do prefácio de Eliane Brum (apud ARBEX, 2019, p. 15) – “Ao expor a anatomia do sistema, a repórter ilumina um genocídio cometido, sistematicamente, pelo Estado brasileiro, com a conivência de médicos, de funcionários e também da sociedade” – às últimas linhas do texto – “O fato é que a história do Colônia é a nossa história. Ela representa a vergonha da omissão coletiva que faz mais e mais vítimas no Brasil [...] Ao ignorá-la nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante dos nossos olhos” (ARBEX, 2019, p. 270).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Holocausto brasileiro* é um livro-reportagem constituído por tensionamentos. Há aquele relativo à própria realidade desumana, enfrentada por décadas por milhares de pessoas, consideradas “indigentes sociais”. Há também tensão segundo a perspectiva do poeta Edgar Allan Poe, tomada emprestada por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) na definição do que chamam de reportagem-conto<sup>10</sup>. Esse tipo de reportagem, composta por recursos da literatura e tendo a narrativa como componente basilar, reuniria entre seus atributos desde a particularização da ação (acompanhamos personagens a partir dos quais a história se desenrola) até a criação de um suspense, que nos instiga a querer saber o final da história, sendo essa a citada tensão. É o retardamento da narrativa de forma a constituir um clímax, pelo qual se passará a ansiar (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 76). O leitor de *Holocausto brasileiro* conhece o Colônia após acompanhar os passos de Marlene Laureano em seu primeiro dia de trabalho. O texto narra, em minúcias, a manhã de 1975 em que a atendente psiquiátrica se apresenta pela primeira vez no hospital. O despertar, às 5h, a roupa que vestia, a temperatura, o barulho do solado do sapato: nada escapa à descrição de Arbex até a chegada da personagem no Pavilhão Afonso Pena, onde a alegria por passar no concurso do Estado se transforma em pavor em meio ao desvio de corpos “rastejando pelo assoalho”.

Há ainda um terceiro tensionamento, central a este artigo: a representação das pessoas ali internadas ora como objetos, ora como sujeitos. De forma geral, nos parece que nos trechos relativos ao Colônia os personagens são construídos a partir da ausência (mais de uma vez são chamados de “corpos sem alma”, “seres desfigurados”); da objetificação (são “trapos”, “peças”); da comparação com animais. Para denunciar o que associa aos campos de concentração nazistas, Daniela Arbex preponderantemente demarca o lugar discursivo desse Outro enquanto vida nua. Digo de forma preponderante porque há resistência mesmo nesta posição. Ao citar Flor de Liz, “a paciente mais sonhadora da ala feminina”, a jornalista afirma que em dias de consulta médica, ela “[...] vestia-se como rainha, embora estivesse coberta pelos trapos do Colônia” (ARBEX, 2019, p. 250). Há aqui uma humanização dessa mulher, que

---

<sup>10</sup> A construção é inusitada, pois o conto costuma ser a narrativa mais curta entre aquelas da literatura, e a reportagem a mais longa produção jornalística. Todavia, determinadas características do gênero literário são para eles aplicáveis à reportagem, o que justificaria a associação. Sodré e Ferrari classificam como reportagem-conto os materiais que contemplam os quatro atributos do conto apontados pelo russo Anton Tchekhov (força, clareza, condensação e novidade), junto da tensão, de Allan Poe.

ressignifica o seu cotidiano transpassado por violências, embora ao falar de Elza, a repórter se surpreenda exatamente com essa mesma capacidade de sonhar. Reforçando o lugar do objeto nos relatos sobre nudez, consumo de água de esgoto, camas de feno, uso do eletrochoque e “ração” fornecida como refeição, Arbex amplia o sentimento de revolta. Podemos estar diante de uma atitude estratégica, que precisa, no entanto, ser refletida ou, para usar a palavra a que aludimos recorrentemente aqui, tensionada.

Já nas descrições sobre a vida após a internação, o lugar desses indivíduos é o lugar do sujeito. São pessoas que casam, fazem festas de aniversário, possuem seu próprio guarda-roupa, seu sofá vermelho, sua boneca, que podem usar o banheiro, são tratadas com afeto, experimentam a liberdade e o protagonismo de suas próprias trajetórias. Na tensão entre duas posições discursivas, o estereótipo do louco é problematizado: os loucos não são os que estão encarcerados ali dentro, mas sim os Outros, aqueles que carregam a culpa coletiva pelo encarceramento.

O resultado desse movimento é a representação em determinados momentos de indivíduos complexos, com múltiplas camadas, em contraposição a trechos nos quais estão circunscritos a uma única característica. Essa diferenciação foi trabalhada por mim em pesquisa anterior (GOULD, 2022, p. 63) por meio da definição de personagens planos e redondos, uma contribuição de Edward Morgan Forster também no âmbito da literatura. Naquela ocasião, afirmei que o caráter plano (não há nuances na personagem, circunscrita ao que Chimamanda Adichie chama de história única<sup>11</sup>) antes está atrelado a um olhar superficial por parte de quem narra, para simplificar o Outro, criando o “universo carcerário”<sup>12</sup> de identidade. No caso da reportagem analisada, parece haver, a partir da objetificação, a intenção de reforço das condições adversas e criminosas vividas no hospital psiquiátrico. Uma linha tênue se estabelece aí, exigindo senso crítico para que esse processo não represente novos encarceramentos.

---

<sup>11</sup> “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”. Com essa escolha de palavras, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie encerra sua participação no TED Talk de 2009. *O perigo da história única*, que também se tornaria livro, traz um alerta a partir das vivências de uma contadora de histórias e reflete sua defesa pelo resgate do paraíso de entendermos que o ser humano se constitui a partir da complexidade e não de uma característica solitária, a encarcerá-lo.

<sup>12</sup> Walter Benjamin cunha a expressão em 1985 para falar da natureza libertadora do cinema frente a cafês, ruas, escritórios, quartos alugados, estações e fábricas, que “pareciam aprisionar-nos inapelavelmente” (BENJAMIN, 1987a, p. 189). Luis Antonio Baptista (2009) aproxima o “universo carcerário” das identidades ao analisar o documentário Edifício Master e se deparar com pessoas comuns narrando suas próprias vidas. Ele revela como o diretor Eduardo Coutinho consegue utilizar da técnica cinematográfica para libertar essas histórias da naturalização. Embarcando em tal leitura, emprego a expressão para me referir a sujeitos presos a uma caracterização determinante de suas vidas (GOULD, 2022, p. 44).

Para retomar as discussões iniciais sobre narrativa, Luís Martino (2016, p. 48) defende a construção de um espaço comum, de uma comunicação, em que ambas as partes envolvidas sejam respeitadas nas condições de elaboração da narrativa, sendo estabelecida uma relação entre *narradores* ao invés daquela entre *narradores x narrados*. A abertura reflexiva para a alteridade demanda considerar o ato narrativo do Outro, nesse caso os sobreviventes e as vítimas do Colônia, bem como a forma com que a repórter os lê e ainda como esse Eu está posto na narrativa. A abertura demanda, portanto, o encontro de sujeitos (*narradores*) e não de um sujeito (*narrador*) com um objeto (*narrado*). A busca por essas pessoas com a proposta da escuta de suas histórias, rompendo a separação historicamente imputada a seus discursos, é um primeiro passo. Outro é não as circunscrever a um tempo e a um espaço de reclusão, mas procurar através de uma construção conjunta as brechas nas quais vidas nuas se revelam, na verdade, vidas humanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, C. N. O perigo da história única. **TED Global**, 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt#t-133747](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt#t-133747). Acesso em: 15 ago. 2023.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- BAPTISTA, L. A. d. S. Walter Benjamin e os Anjos de Copacabana. In: TEDESCO, S.; NASCIMENTO, L. M. (org.). **Ética e Subjetividade**. Novos Impasses no Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2009. 1 v. p. 180-190.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a, v. 1, p. 165-196.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b, v. 1, p. 197-221.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. Tradução do alemão, introdução e notas por Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
- DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei (MG), n. 4, 2010, p. 143-157.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience.** Boston, MA: Northeastern University Press, 1986.

GOULD, L. A “**arte de sujar os sapatos**” com a **grande reportagem social.** Appris: Curitiba, 2022.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 11. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOOKS, b. **Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black.** Boston: South End Press, 1989.

LEOPOLDO E SILVA, F. Lévinas: ego e distanciamento. **Casa do Saber**, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uxWBzOVQ6-o>> Acesso em: 25 jun. 2023.

MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, [S. l.], v. 4, n. 1, jan./jun. 2016.

SERELLE, M. A personagem no jornalismo narrativo: empatia e ética. **Revista Mídia e Cotidiano**: revista do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, Niterói (RJ), v. 14, n. 2, maio-ago. 2020, p. 44-62.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.